

## O VELHO IMPÉRIO DE CARLOS V (\*)

---

Há quatrocentos e cinqüenta anos atrás nascia Carlos, filho de Felipe o Formoso, Arquiduque de Áustria e de Dona Joana a Louca, princesa castelhana, neto de D. Fernando II de Aragão e de Dona Isabel I de Castela, pela linha materna, e do Imperador Maximiliano de Augsburgo e do Dona Maria de Borgonha, pela linha paterna. Duque de Luxemburgo em sua meninice, príncipe de Castela em sua adolescência, rei da Espanha em sua primeira juventude e imperador da Alemanha ao cumprir a bela idade de vinte anos. Enfim, Carlos I da Espanha e V da Alemanha. Alguns supernacionalistas apaixonados de última moda batem-se por que se quebre o hábito de falar Carlos V; que só se diga Carlos I, pois o que interessa aos espanhóis é que era o rei da Espanha e não o imperador da Alemanha. Mas a verdade é que a sugestão imperial e o eufemismo fizeram triunfar o primeiro título, já desde os seus cronistas contemporâneos, como o "Caballero Cesáreo" ou Pedro Mexia (1492-1551), Luis de Avila y Zúñiga (m. por volta de 1573) e Francisco López de Gomara (1511-1557), até os historiadores hodiernos, os quais não hesitam em denominá-lo simplesmente Carlos V. Fiquem os nacionalismos para detalhes de maior envergadura. Por outro lado, os acontecimentos históricos sucedem-se sem que nos demos conta, com peculiaridades que o tempo não apaga mas confirma. O neto dos Reis Católicos, declarado primeiro soberano da Espanha pela morte do avô viúvo, Dom Fernando, e pela continuada incapacidade mental de sua mãe, também viúva, dona Joana, e que não obteria o título de imperador da Alemanha senão três anos depois, inaugurava, graças à sua ascendência austríaca, mais direta, a primeira dinastia estrangeira em tôdas as Espanhas. E estrangeiro chegava à península, via marítima, a 17 de setembro de 1517; nascera em Gante. Acompanhava-o um séquito de que sobressaíam os nomes de Juan de Sauvage, Guillaume de Croy, senhor de Chièvres, o senhor de Beure e o de Lency, entre outros cavalheiros e cortesãos de Flandres; falava só o francês e o flamengo. Sua educação fôra dirigida por sua tia Margarida, viúva do príncipe Dom João, primogênito dos Reis Católicos, filha de Maximiliano, e que exercera a regência em Flandres, e a tutela de Carlos, que aos 6 anos ficara órfão de pai e sem proteção de sua infeliz mãe, dona Joana, cuja incapacidade,

(\*) — Tradução do texto espanhol pela Licenciada Lucy Ribeiro de Moura.

real ou "oficial", durou até o fim de seus dias. Dona Joana de Castela, rainha da Espanha, morreu a 11 de abril de 1555, cu seja, com setenta e sete anos de idade; seu filho Carlos iria falecer com cinquenta e oito. A loucura de dona Joana, se realmente existiu, prolongou estranhamente a vida obscura daquela mulher; as crônicas da corte de Flandres, onde vivera como espôsa de Felipe o Formoso, testemunham que, apesar daqueles seus gestos chocantes, que tanto alarmaram dona Isabel de Castela, foi uma princesa culta, eloqüente e com nítidos rasgos de mansidão, como indiscutivelmente revelou, mesmo quando, em sua correspondência com a rainha mãe, referia-se aos rumores sôbre a sua condição mental.

Como dizíamos, Carlos chegou inteiramente estrangeiro; alheio, mesmo, aos negócios que lhe deparava sua alta missão na Espanha. Voltando à sua educação, fator muito considerado para os efeitos da crítica do seu reinado, o verdadeiro inspirador na eleição dos preceptores, inclusive da tutora, foi seu avô Maximiliano; e, entre os eleitos estava, além do eminente nobre flamengo Guillaume de Croy, Florizoo de Utrecht, o teólogo Adriano, depois papa Adriano VI, que contava entre os seus colaboradores, com o humanista espanhol Luiz Vives (1492-1540). As primeiras lições de história ministradas ao espírito juvenil de Carlos referiam-se à casa de Borgonha, desde o fundador da segunda linha, João o Bom, até o último, conde Carlos o Temerário, famoso em seu tempo, exímio antecedente do mais legítimo cavalheiro renascentista, espada audaciosa, ávido de glória e dado às artes e à literatura, impenitente guerreiro contra Luiz XI, até terminar com o seu condado e com a sua vida na batalha de Nancy. Já desde esta primeira educação na corte flamenga, teve Carlos que ir experimentando os influxos opostos de nobres e preceptores, políticas latentes na orientação dos estudos, nos conselhos e nas insinuações confortadoras. O senhor de Chièvres representava o indômito nacionalismo que fervia na nobreza dos Países-Baixos; e por outro lado a família, personificada em dona Margarida, velava pela raiz austríaca e pelo ramo borgonhês, com sonhos de mais amplos horizontes. Causa perplexidade, entretanto, que os doutos professores que o tiveram a seu cuidado, não lhe facilitassem a educação humanista, ao extremo de descuidarem o ensino do latim, deficiência que Carlos teve que lamentar em sua carreira de soberano. Certo é que algo ganhou nesse vazio de aprendizagem humanista, compensado com os exercícios físicos, a equitação, a caça e os torneios, programa predileto do senhor de Chièvres, e que a Carlos lhes serviu, pelo menos, para preservar-se, no futuro, com uma resistência maior de sua saúde, com um não vacilar em pôr-se à frente de suas tropas nas batalhas com que ilustrou o seu reinado. O estrangeirismo de Carlos tem sido tese preferida nos modernos tempos, para explicar-nos sua "espanholização" e a "hispanidade" de suas glórias, assunto um tanto perigoso, sobretudo quando o fo-

caliza Menéndez Pidal, ao que nos referiremos com certa insistência e a propósito da idéia imperial de Carlos V. Daqui, talvez, o haver-nos habituado a ver o primeiro rei da dinastia austríaca na Espanha, ora com seu manto de imperador alemão, sentado ao trono dos Reis Católicos, ora com sua figura equestre, vestido de brilhante armadura, com a lança em riste, voltando as costas a Castela e dirigindo-se para as ribeiras do Elba, como na contenda de Mühlberg contra os luteranos. Esta efigie não-la legou Ticiano, no célebre retrato que se conserva no museu do Prado de Madri. Este rei espanhol sempre nos pareceu mais como Carlos V que como Carlos I.

O escritor, já um pouco caduco, embora dos posteriores à geração de 98, Ramón Pérez de Ayala, ao evocar o imperador em uma ligeira crônica pericdística, recorre às suas reminiscências de estudante e à escondida simpatia que, ao aprender a história da Espanha, sentia-se por essa figura, envolvida nas perturbações da Reforma na Europa, e que teve “certas complacências com os protestantes” (1). E é verdade; a sombra de Carlos V atraía-nos sem que soubéssemos por quê, talvez por seu “cosmopolitismo”, por aqueles seus antecedentes germânicos e borgonheses, em contraste com a rígida e tenebrosa senda que seguiria seu filho Felipe II, e com a decadência persistente do resto da dinastia, que se consome em complicações domésticas, palacianas, inúteis, entre sotainas e orações, devaneios sensuais, mórbidos e uma política exterior em espantoso declive...

\*  
\*   \*  
\*

O reinado de Carlos V está cheio de contradições, afirma o filólogo e historiador espanhol Ramón Menéndez Pidal (2), e eis aqui a primeira premissa de nossa afirmação de “velho império de Carlos V”, velho em seu verdadeiro sentido, de vestuto e anacrônico, não somente quando observado historicamente à luz de nossa filosofia política atual, mas analisado em sua própria época. Senil em seu germe, sobressaindo-se sua decrepitude no marco dos grandes acontecimentos europeus do século XVI; e espantosamente contraditório ao final, quando a Espanha se impunha no Novo Mundo pelo descobrimento e pela colonização. O sentido

(1). — O senhor Pérez de Ayala, autor de uma novela anti-jesuítica *A. M. G. D.* (1910), agora, em sua crônica aludida, rompe lanças a favor das “Forças eficazes dos filhos de Santo Inácio de Loyola”, que salvara não sei quantas coisas, e se retifica, dizendo que “Felipe II é um dos protagonistas maiores e mais patéticos da Idade Moderna”, quando havia abrigado antes “sérias dúvidas e receios com respeito a tão austero monarca”. A trajetória deste escritor espanhol, de filiação liberal e em seu tempo republicano militante, e que depois de um desterro voluntário regressou à pátria, parece terminar naquela cauda de peixe da “Arte Poética de Horácio: *Desinit in piscem*”. (Veja-se o “ABC” de Madri, de 10 de setembro de 1948, seu artigo “Nos arquivos da memória”).

(2). — Cfr. pág. 15, do volume 172 da Col. Austral, *Espasa Calpe de Buenos Aires*, 2.ª edição, aquele que inclui uma conferência de Menéndez Pidal, publicada em Havana em 1938 e que dá o título a esse volume *Idéia Imperial de Carlos V*.

do império europeu-americano, de que fala Pidal, inato na aspiração política de Carlos V, não tem base alguma e reduz-se a um efeito retórico com que pretende culminar uma exposição de circunstâncias, ante um auditório propício. Mas voltaremos a este ponto.

O tema do último imperador espanhol, como o de outras insignes figuras da História espanhola, continua ainda sem um completo e firme estudo biográfico e crítico. Neste caso como nos outros, infelizmente, faz-se preciso recomendar os trabalhos de penas estrangeiras, mais que das penas pátrias, especialmente ao tratar-se de grandes personalidades da vida política espanhola. É preciso buscar fora o objetivismo. O catolicismo nacional e sua consequente ortodoxia, com os perfis severos desse individualismo espanhol que engana com sua pretendida indisciplina histórica, porque é no individualismo que se refugia o orgulho, e a cega negativa de reconhecer os erros do passado não permitem, nem ao cronista, nem ao historiador nacionais, iluminar a atmosfera tradicional. Pelo que se vê, nestes dias a atrofia da visão histórica revela-se bastante considerável, sempre em nome do mito individualista.

O que sucede com o reinado de Carlos V, é que o seu ascendimento coincide com uma era de profundas e transcendentais transições na Espanha e na Europa, como foi a iniciação do século XVI. Se o soberano sucessor daquela genial rainha que foi Isabel a Católica, sem menoscabo de sua "espanholização", não houvesse perdido sua "europeização" primária e de promessas fecundas, tampouco teria preparado a idiosincrasia de Felipe II, que esgotou uma virtualidade que a Espanha teria aplicado a empresas mais conscientes com o ritmo da História, mais proveitosas para a própria existência nacional. A herança dos Áustrias, recolheram-na os Bourbons, com a fatalidade de que também estes trouxeram à Espanha, para fazê-los reviver, os vestígios de uma índole política, ainda assim projecta na França, em que pese aos alarmas que produziram os "afrancesados" com sua onda de modernismo.

O próprio interesse constantemente despertado na Alemanha e na Bélgica pela personalidade de Carlos V, ao lado da apagada atenção dos eruditos hispânicos, é mais uma amostra de que o tratar o assunto força os espanhóis a uma revisão de valores históricos, catalogados como em um arquivo, e que o removê-los com uma nova crítica supõe ferir arraigados prejuízos nacionais. O curioso é que as mesmas contradições advertidas no reinado repetem-se, também, em juízos recentes com que certos publicistas espanhóis desejam encarar destacados episódios daquele momento histórico.

Quando Carlos V entrou na Espanha, encontrou-se com as Cortes que intervinham nos atos do soberano. As de Valladolid, no ano seguinte ao de sua chegada, muito a contragosto declararam-lhe fidelidade, pois dona Joana continuava sendo para os pro-

curadores representantes a soberana de Castela, embora com a reserva de sua incapacidade física. Com esta condição implícita, embora só tivesse uma consequência nominal para a fórmula nas providências reais, reconheceram-no a Carlos I. Em boa lei jurídica castelhana, o rei Carlos não foi mais que o regente da Espanha; transmitiram-lhe os poderes do Cardeal Cisneros, pelo ano de 1555, em que faleceu sua mãe. Ano da paz de Augsburgo, que admitiu legalmente o Protestantismo, ano em que Carlos não sabia que fazer com o seu Império nem com a gôta que lhe minava a vida, ano em que preparava sua abdicação e seu retiro ao mosteiro de Iuste, para ali morrer no seio da ordem dos Jerônimos. "Ordem bucólica, folgazã, de uma religiosidade sem inquietações, preocupada com o rigor da liturgia e com a suntuosidade do culto... Religiosos medievais, qualquer coisa de inatural na vida do século XVI hispânico. Tôdas as formas da religiosidade são ativas, militantes, quando Carlos de Europa entra no remanso jerônimo. Tão pouco, pois, em capítulo para êle primordial, o da salvação de sua alma, soube incorporar-se a uma força espiritual representativa da Espanha de seu tempo" (3).

De Valladolid seguiu Carlos seu itinerário para ser reconhecido como o legítimo soberano de tôda a Espanha e receber o juramento de Aragão e de Catalunha. Estando em Barcelona, soube da morte do seu avô Maximiliano e da decisão dos eleitores de nomeá-lo sucessor. Solicitou subsídios, para a viagem à Alemanha, nas Côrtes de Santiago de Galiza, onde Ihos negaram, e trasladou a reunião dos procuradores a La Coruña, conseguindo, por suborno, uma maioria favorável. Confiou o govêrno da Espanha a Adriano, já cardeal, e saiu da península. Muitas das queixas e reclamações das Côrtes ficaram arbitrariamente desatendidas pelo monarca, estranho àquela máquina administrativa de funcionamento liberal, egrégia tradição espanhola. Em sua ausência ocorre o levantamento dos Comuneiros, ou guerra das Comunidades de Castela, movimento popular, defensor da liberdade comunal ameaçada pelas tendências absolutistas de Carlos. Os comuneiros acolheram-se à legalidade da rainha mãe, que residia em Tordesilhas, e que ofereceu sua autorização real para que a junta revolucionária decretasse suas ordens, em seu nome. O levante fracassou. As trações e as deserções da nobreza, a princípio unida à causa, desorganizaram a campanha, tendo os imperiais vencido na batalha que se deu perto de Villalar (Valladolid), sacrificando os três cabecilhas: Juan de Padilha, Juan Bravo e Francisco Maldonado. A sanção histórica tem sido unânime; o episódio dos Comuneiros foi um transe sem fortuna para as comunidades representativas e para aquêle poder que refreava, em nome das vontades populares, o ar-

(3). — A espanholização de Carlos V, por Aurelio Vñas. Publicação do Centro de Estudos românicos. Iena und Leipzig, Verlag von Wilhelm Gronau, 1936. Pág. 18-19.

bítrio dos monarcas. Hoje quer-se profanar, destruindo o caráter daquela nobre jornada, o espírito que a promoveu.

E' uma supresa decepcionante, este critério do autorizado historiador Antonio Ballesteros y Berreta (4): "O levantamento comuneiro foi interpretado diversamente, segundo a mente dos historiadores de escola. Em sua gênese e desenvolvimento teve um sentido anti-cesarista. Desembaraçadas as razões alegadas então, observamos que occultavam a verdadeira intenção. Apareciam unidos nobreza e municípios, elementos antagônicos durante a Idade Média, mas que agora se aliavam contra o inimigo comum: o absolutismo do rei. Com o título de liberdade e privilégios comuneiros encobriam situações de privilégio. Era o feudalismo abatido por Fernando e Isabel, a nobreza levantina, que Cisneros dominara, alçando-se de novo com a oportunidade da ausência do soberano. As Comunidades representavam o velho, o caduco, o medieval, já inservível para resolver os grandes problemas políticos do mundo; e deante deles Carlos V era o progresso, a teoria nova, a solução decisiva e salvadora que daria eficácia e rapidez à obra de governo" (5). Este critério é de uma flagrante contradição. Se a nobreza aderiu aos comuneiros, com o egoísmo de defender situações pessoais, ou acusavam o absolutismo do rei, ou lançavam mão desse procedimento para defrontar-se com os privilegiados da nobreza flamenga que rodeava o rei. Se bem depressa desertaram da causa foi porque, ou não viram o êxito seguro dos seus propósitos occultos, ou porque lhes era mais prático passar-se ao campo absolutista e, nos dois casos, cada qual defendia os próprios interesses de linhagem. Que o triunfo de Carlos representava uma grande e inovadora idéa de governo, quebrando o "feudalismo" senhorial como se nada houvesse, conseguido a rainha Isabel em sua obra de unidade nacional, é uma afirmação gratuita. Em compensação, sim, o triunfo da monarquia carolina selou, desgraçadamente, o destino político da Espanha durante o poder dos sucessores de Carlos, prolongando-se até nossos dias com os desastres exteriores por interesses dinásticos e a cruenta história das guerras civis, provocadas pela obtusa intransigência dos reis, com a colaboração das arraigadas instituições que medraram à sombra dos tronos (6).

(4). — Este historiador faleceu inesperadamente, em julho de 1949, em Pamplona (Navarra), e em pleno uso de suas faculdades produtoras. É bem conhecido o mérito de sua *História da Espanha* em 12 volumes. Investigador metódico e sério, seus últimos trabalhos, que provavelmente se publicarão como obra póstuma, referem-se a duas eminentes figuras espanholas. "Afonso X, o Sábio" e "Fernando, o Santo".

(5). — Cfr. o volume 677 da Col. Austral de Espasa-Calpe de Buenos Aires: *Figuras Imperiais* de Antonio Ballesteros y Berreta. Edição 1947. Págs. 48-49.

(6). — Esse juízo contrário à significação liberal da guerra das Comunidades, compartilha-o, pelo visto, o senhor Gregório Marañón que, na tribuna de Honorário da Universidade de Barcelona, no ano passado, com afetações de revolucionário intérprete das efemérides históricas de sua pátria, arremeteu contra "a atitude apologética da historiografia liberal do século XIX, que atribuiu aos comuneiros a defesa da liberdade de Castela ameaçada por um monarca absolutista". Para o senhor Marañón, a ideologia era a do César, Carlos V, que representava uma idéa universal, "ao lado dos ressaibos feudalizantes dos

Quê razões expõem estes comentaristas modernos sobre a outra efervescência popular, coeva da guerra das Comunidades, que foi a guerra das Germânicas de Valência, em 1522, verdadeira luta de classes, animada pelo ódio à aristocracia? Os ventos que sopravam pela Europa eram outros que os que podiam auxiliar o verdadeiro "feudalismo" ancestral dos reis, que agora se chamava absolutismo. Fêz bem Carlos V em afogar, pela força, aquêles sintomas de emancipação popular, e em conter o que houvesse de "europeização" da península, com tôdas as suas conseqüências, começando pelo fruto que ia dar a expansão da Reforma. Assim, a Espanha ficou ali, sem avançar um passo mais, onde a deixou Isabel a Católica.

\*  
\* \*

Falemos da segunda premissa, que põe em relêvo a evidente caducidade, em sua época, do que representava a idéia imperial de Carlos V. Ramón Menéndez Pidal não está de acôrdo com Karl Brandi a êste respeito. Antonio Ballesteros disse também sua palavra nesse assunto, com grande reverência para com o mestre, mas sem dissimular uma agudeza histórica mais profunda. Menéndez Pidal fez-nos olvidar, nesta questão, seu domínio de historiador, para fazer-nos lembrar simplesmente o filólogo e o crítico literário, como veremos. Em síntese, não se tratou de discutir os bens e os males que causou a política de Carlos V, unicamente de disputar-lhe a autenticidade de seu gênio político imperialista. Se foi seu ou se o tomou emprestado. Claro que assim exposto o tema, não parece que vai proporcionar, em princípio, a conclusão que mais nos interessa. Mas, na própria matéria discutida vamos encontrar-nos com a outra força do silogismo, que nos oferecerá, por dedução, o resultado que anelamos.

Karl Brandi estudou, durante muitos anos, com severa reflexão de mentalidade germânica e abundância de seleccionada e valiosa documentação e um sentido de pura objetividade histórica, a personalidade de Carlos V, seu ambiente e as silhuetas dos que modelarem e fundiram suas inspirações imperialistas. Revela-nos que a personagem Mercurino Gattinara fôra o chanceler mais influente na atividade de Carlos V. Não se realizaram, até esta data, trabalhos mais completos que os de Brandi, secundado, em parte, pelo Doutor Peter Rassow. Assim ratificamos nossa opinião já consignada sobre a superior ciência interpretativa dos eruditos estrangeiros em muitos momentos da História da Espanha. O fato também se registra nas análises das eminências literárias espanholas.

---

cavalheiros e burgueses castelhanos". Contra essa superstição histórica, um comentarista catalão replicou-lhe, pitorescamente, dizendo-lhe que, decididamente, "a decadência da Espanha no século XVII explica-se pelo triunfo de Carlos V".

Esta sugestão da vida e do pensamento da Espanha são atraentes e fascinadoras, precisamente para os que não são espanhóis.

Desde 1926, vem Karl Brandi publicando monografias, memórias, autobiografias, notas, informes, estudos sobre Carlos V, nos volumes e cadernos de *Nachrichten von der Gesellschaft des Wissenschaften* de Gotinga, editados alguns em Berlim e em Cottigen e outros artigos no *Preussische Jahrbücher* e no *Ibero Amerikanisches Archiv*. Dentre os estudos seleciona Pidal o *Der Kaiser und sein Kansler* de Karl Brandi, publicação no N. G. W. Z. de 1933 e o do doutor Peter Rassow, *Die Kaiser-Idee Karls V. dargestellt an der Politik der Jahre 1528-1540*, embora faça também referências às Memórias de Gattinara, publicadas por Brandi. O Chanceler Gattinara era oriundo do Piemonte, de sólida cultura e claríssima inteligência; instalara-se em Flandres em 1518, atraído a atenção de Margarida da Áustria, que o recomendou para o conselho privado de seu sobrinho Carlos. Destacou-se na corte por sua assiduidade ao trabalho, por seus indiscutíveis serviços e, até a sua morte, em 1530, esteve perto do soberano. Para Karl Brandi este conselheiro foi o artífice espiritual do Imperador; com o que está de acordo Ballesteros, e com o que não concorda Menéndez Pidal. Não vamos seguir a este, em sua dialética histórica dos “quatro momentos” (7), porque não vale a pena; é bastante que se abarquem umas quantas linhas gerais. Mas, antes, não quiséramos omitir um esboço particular sobre Carlos V, o Imperador coroado duas vezes — uma, em Aquisgrán (Aix-la Chapelle), no ano seguinte ao que fôra eleito e outra, oito anos depois, desta vez como rei da Lombardia e Imperador dos Romanos, tendo ido expressamente à Itália para ser ungido pelo próprio Papa Clemente VII, aquêle que fôra castigado pelo Condestável de Bourbon, a serviço de Carlos, no saque de Roma de 1526. Digamos algo sobre as qualidades intelectuais do Imperador. Sobre o talento natural de Carlos V conformam-se os historiadores com pinceladas confusas em sua semelhança. Segundo Pidal, “Era ainda um jovem indeciso e apoucado, de gesto abortido e boquiaberto (um camponês, em Calatayud, acabava de dizer-lhe, ao ver-lhe caída a mandíbula: “Majestade, fechai a bôca, que as moscas desta terra são insolentes”). Este jovem, de mentalidade atrasada, dominado pelos flamengos que roubavam o erário de Castela... este jovem, que nos conselhos de govêrno da Espanha nada resolvia sem que lhe sussurrassem aos ouvidos, de joelhos, ante o público, Chièvres ou Gattinara... etc. etc. (8). Para Ballesteros, nos primeiros momentos de sua permanência na Espanha: “Em sua mente ferviam idéias de govêrno que bem depressa aflorariam” (9). Alude, em outra passagem, a um autor que considera exageradamente “que Carlos

(7) — Cfr. ob. cit., *Idéia Imperial de Carlos V.*

(8) — Ob. cit., pág. 17.

(9) — Ob. cit., pág. 48.



não amadureceu sua inteligência tardia até 1530” (10). Aurelio Viñas, outro historiador muito apreciável, diz, em seu opúsculo publicado em Iena, já anotado, que era “de altura média, pálido, com a bôca aberta, a mandíbula inferior saliente, rasgos de característica herança borgonhesa. Todos concordam em que é um taciturno com arranques súbitos de energia. Murmura-se que lhe dão síncope e que estas são de carácter epilético. Expressava-se com dificuldade e parece certo que sua inteligência era mediana, retardada”. Viñas não faz mais que resumir os retratos que circulavam sobre Carlos V.

Ballesteros tenta descobrir a evolução intelectual do Imperador por um procedimento psico-fisionomista, através da cronologia de suas efígies. E examina a iconografia carolina de várias épocas, desde os 23 anos, data de uma miniatura que adorna um precioso documento arquivado em Valladolid, até que a “gôta o aflija”, seguramente em um retrato que se guarda no Museu de Munique. Não deixa de referir-se às duas pinturas do Museu de Madri, uma retratando o Imperador em pé, de tamanho natural, e o mais celebrado, o equestre, montado em cavalo castanho, a galope e empunhando a lança, ambos do Ticiano. Quantas vèzes contemplávamos este documento pictórico no Prado, a impressão, com todos os respeitos devidos ao César e ao retratista, era desagradável. O cavaleiro não tem arrogância alguma nem vivacidade no rosto, e parece um homem embrulhado em armadura e forçado a uma exibição diante de uma objetiva fotográfica. Trata-se de um momento preciso na vida de Carlos V, a batalha de Muhlberg, e nada mais. A fina agudeza do historiador Ballesteros, baseando-se em retratos do Imperador, não nos leva muito longe, e por aqueles que eu conheço, não desperta entusiasmo algum a potência intelectual que se possa revelar nos traços reproduzidos.

\*  
\*   \*  
\*

Falar da idéa imperial de Carlos V como de um parto mental e político do neto dos Reis Católicos, no século XVI, já é acusar um acontecimento em contraste com as tendências de governo na Europa daqueles tempos. E discutir o problema como o expõe Pidal para opor-se a Brandi, que põe em relêvo o chanceler Gattinara, como o mentor de Carlos na execução do seu projeto, é desviar-se do assunto no que pode ter de fundamental. “A idéa imperial não foi inventada por Carlos nem pelo seu chanceler — diz o filólogo espanhol —; é uma noção velhíssima, que elles não fizeram senão captar e adaptar às circunstâncias”. Circunstâncias enganadoras, como a própria história demonstrou. Continua dizendo Pidal:

---

(10). — Ob. cit., pág. 52.

“O Império era a forma mais perfeita da sociedade humana; por isso Deus perpetuava sobre a terra o Império, desde os tempos mais remotos da História, transferindo-o de Babilônia a Macedônia, a Cartago e a Roma. O império romano exercera essa potestade suprema, extensa e completa, durante seis séculos, sobretudo desde Augusto até Justiniano. Logo, embora muito deficiente e apoucado, renova-se no império carolíneo dos séculos IX e X. Depois, mais apoucado ainda, sucede o império romano-germânico” (11). Em virtude, pois, desta fórmula histórica de sucessão degenerada dos impérios, não nos cabe mais, se lhes damos razão ao insigne erudito espanhol, que prognosticar ao novo império carolíneo uma débil e efêmera natureza. Assim era. Aurélio Viñas, entretanto, crê que a única coisa efetiva e nova era um império espanhol, fundado em uma monarquia mais ou menos universal com o descobrimento do Novo Mundo. “O sacro Império romano-germânico — diz êle — não tem de romano senão o nome, apesar de suas pretensões de continuador do precedente. Entidade fundada no sistema medieval de harmonia das duas autoridades supremas, Papa e Imperador. Império bicéfalo, com um chefe espiritual, vigário de Jesús Cristo e o imperador, sucessor de Augusto. Têm ambos missão compartilhada, que isoladamente não podem levar a cabo. Propósito supernacional, encarnação medieval da idéia da Europa. Nem por sua estrutura, nem por seu espírito, era fácil fundir ambos os impérios”. . . E muito menos podia o imperador Carlos conseguir, em sua época, tal unidade imperial, com os cismas católicos que vinha arrastando a Igreja, e com o grande cisma religioso da Reforma! Que fôsse a forma mais perfeita de organização humana na remota Antiguidade, não quer dizer que o continuasse sendo no transcurso dos séculos e muito menos no século XVI. A força material que Augusto impôs já não tinha sentido no progresso das forças de moral política que se opunham séculos depois. Em 1844 já Emerson definia o império, em seu *The Young American*, como “um imenso egotismo.” E nisto ficaram tôdas as tentativas imperialistas da hora atual, de tão trágica experiência, em loucuras de ambição pessoal.

A reivindicação da originalidade imperialista de Carlos, baseia-se a Menéndez Pidal em discursos e declarações que, segundo êle, em nada se deveram ao ditado de Gattinara. E’ um serviço patriótico êsse que presta o historiador, exalçando figuras meritórias na teologia, na literatura e no humanismo, quando não ao próprio Dom Carlos, com “sentimentos herdados de Isabel a Católica, madurecidos em Worms, em presença de Lutero e declarados publicamente. . .” E Pidal faz desfilar deante de nós a Dom Pedro Ruiz de la Mota bispo de Badajoz, em sua declaração ante as Côrtes de La Coruña de 1520, porta-voz do novo Imperador; a Alfonso de

(11). — Ob. cit. de Pidal, págs. 13-14.

Valdés, irmão do ainda mais distinto Juan de Valdés, falecido cêca de 1532, secretário de Carlos, que redigiu a resposta imperial ao breve de Clemente VII sôbre o Saque de Roma, de 1526. Por certo que êste Valdés, humanista erasmiano, demonstrava uma evidente simpatia pela Reforma. A Antônio de Guevara (1480?-1545), de Santander, muito conhecido então na Europa, franciscano, inquisidor em Valência, bispo em 1528, autor de um livro de intenção pedagógica, em forma novelesca, *Relógio de Príncipes*, de indigesta leitura para nós, mas com seu mérito estilístico para o historiador literário, e ao que Pidal considera como autor anônimo do discurso pronunciado pelo Imperador em Madri, em 1528, em que anunciava sua viagem à Itália, onde seria coroado pelo Papa e geriria a convocatória de um Concílio geral que decidisse sôbre a heresia de Lutero. Gattinara, a juízo de Menéndez Pidal, não colabora nestes atos do Imperador. Mas tão grande é o significado de que fôssem eruditos espanhóis os encarregados de dar forma literária às declarações imperiais? Tem razão Ballesteros quando diz: “negar que o trato assíduo do chanceler com o Imperador coadjuvasse sua formação espiritual seria qualificar a Carlos V de mente obtusa e impermeável” (12). Há mais: entre Gattinara, seu indiscutível conselheiro, por uma parte, e por outra parte a intervenção de seus secretários e cronistas espanhóis, o relêvo pessoal de Carlos V obscurece-se bastante. A acre contestação de Valdés ao Papa, em nome de Carlos, é a de um simpatizante com os luteranos, a de um futuro protestante. E a intervenção de Gattinara, com seu incontestável influxo, no episódio do Saque de Roma, examina-o mais profundamente Ballesteros, ressaltando a condição de gibelino do chanceler, de “trajetória ideológica dantesca e humanística” e “os Papas eram tão guelfos como seus antecessores, contemporâneos de Frederico I Staufen”. O amálgama de católicos e protestantes na luta contra o Papa, naquela ocasião, já foi suficientemente explicada, pois Clemente inspirava-se em interesses prôpriamente partidários, fazendo-se inimigo de uns e de outros. A Pidal suggestionou-o a idéia de que Carlos defendia a Igreja universal, até mesmo sôbre o personalismo dos Pontífices.

Carlos V, não obstante, ganhou para o julgamento da posteridade certas páginas de alto acento espanhol e de espírito conciliador e benevolente. No último sentido, sua atitude após a derrota de Francisco I, em Pavia, atitude que foi tão mal correspondida pelo ambicioso soberano da França,

Como rei da Espanha e com sua investidura de imperador, os historiadores hispânicos, sem exceção, gabam-lhe, merecidamente, aquela sua nobre arrogância espanhola, que marca uma data imcredôura para a universalidade da língua de sua pátria hispânica. Ao regressar de sua campanha em Tunis, contra Barberca,

---

(12). — Ob. cit., pág. 60.

em uma memorável entrevista diplomática na sala dos “paramenti” do Vaticano, à que comparecia o embaixador francês, o bispo de Macon, a 17 de abril de 1536, quando Carlos V denunciava em idioma espanhol as intrigas francesas, o bispo galo interveiu, não compreendendo bem as expressões do Imperador. Carlos replicou-lhe: “Senhor bispo, entenda-me se quiser e não espere de mim outras palavras que as de minha língua espanhola, que afinal é tão nobre, que merece ser conhecida e entendida de toda a gente cristã”. Este sim, que era um programa de aspirações universais, o que formulou Antônio de Nebrija, como anota Aurélio Viñas. Parece que esse discurso de Carlos, no Vaticano, não chegou a ser publicado por razões de “alta política”, mas divulgou-se profusamente em cópias manuscritas. “Teve um eco enorme na Espanha e no Novo Mundo, nas ilhas do Mar Caribe, no Perú, no México, provando já a forte unidade linguística do império ultramarino que nascia então” (13).

Há um instante em que Pidal e Ballesteros coincidem, embora não por caminhos idênticos, em sua divergência com o historiador Karl Brandi: Quando da admiração deste por Lutero, a quem eleva a um plano que não aceitam os ortodoxos espanhóis. “A atitude de Lutero leva em si uma grandeza fascinadora” observa Brandi, e exalta vivamente a obra luterana na formação do Estado alemão. Carlos demonstrou, em certo momento, o desejo de uma conciliação com os protestantes, não se pode negá-lo. Nesta atitude, os cronistas espanhóis atuais se apressam a fazer constar o fervor católico. “Carlos era a antítese de Lutero. Enquanto o César se desvela durante toda a sua existência de soberano para lograr a unidade de seu Império alemão, Lutero desagrega-o. Sua doutrina dissociadora rompe a sagrada unidade da Igreja, fraciona as crenças e nega a autoridade do Papa, cúspide unitária da Catolicidade” (14). De bem pouco lhe serviu a Carlos esse esforço, ante a implacável serenidade dos acontecimentos, aos que era impossível desvirtuar com obstáculos imperialistas. Pelo tratado de Passau (1552) e pela Paz de Augsburg (1555) teve Carlos que inclinar-se à realidade dos fatos consumados, ao triunfo do protestantismo como doutrina legal. Carlos não pôde conseguir que seu irmão Fernando renunciasse aos seus direitos em favor de seu filho Felipe; o príncipe da Alemanha, tão católico como protestante, não seguiu o conselho do Imperador. Carlos, ao retirar-se para Iuste, com Gattinara ou sem Gattinara, com toda a obra de seus colaboradores espanhóis, sentiu o profundo desencanto de seus mais fervorosos desejos. Não lhe inspirava esperança alguma no porvir sua decantada idéia imperial.

(13). — Aurélio Viñas em seu citado opúsculo.

(14). — Ballesteros. *Ob. cit.*, pág. 82.

A unidade européia, não se podia conseguí-la recuperando a política de Augusto, nem aquela monarquia universal que, diz Pidal, era a ambição de Gattinara, nem a "universitas christiana" que, afirma, era a sã intenção de Carlos, expressada pelo bispo Mota. Tudo adoecia do mesmo mal anacrônico. Mas, no que sobretudo se mostra confuso Menéndez Pidal, é quando, ao final de sua dissertação sobre as idéias imperiais de Carlos V, quer mostrar que Carlos V "quis europeizar a América, hispanizando-a também, para incorporá-la à cultura ocidental". E coloca Hernán Cortés ao lado de Mota, de Valdés e de Guevara. E nos recorda as Leis das Índias, que em sua substância prístina estavam já no testemunho de Isabel a Católica. Não, Carlos V, entregue ao seu Império romano e germânico, às suas íntimas inquietações de dogma católico e às suas tarefas belicosas na Europa, não compreendeu o que para um Império autêntico supunham os novos horizontes que brilhavam do outro lado do Atlântico. Não podia encrustar-se esta visão na caducidade de sua idéia imperial européia. Voltou a dar a palavra final a Aurélio Viñas, supondo que se atrevesse agora a confirmá-las, pois desde 1936 até esta data têm-se modificado muitas mentalidades espanholas. "Juristas, humanistas, religiosos e povo viam com clareza a idéia de um Império ocidental que não era uma quimera como a que acariciava a mente de Carlos V — mente de cavalheiro e governante de passados tempos — mas outro que prolongava a Europa..." O Império espanhol, fundado na América, arruinou-se pelas velhas manias imperiais que herdou Felipe II, que acabou de destroçar o não menos velho absolutismo bourbon. Império pela cultura, pela língua, por um novo espírito, isto não podiam entendê-lo os Césares". O império de Carlos V nasceu com o germe de sua rápida decomposição, ao buscar o que a História já enterrara.

**LUIS AMADOR SÁNCHEZ**

Professor de Língua e Literatura Espanhola  
(U.S.P.).